

## **Judicialização de benefícios do INSS supera 5 milhões de processos em 2024, revela levantamento**

---

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é responsável por gerenciar um dos maiores sistemas de assistência social do mundo, com mais de 39 milhões de aposentadorias e pensões em pagamento, além de auxílios e benefícios sociais. No entanto, a instituição enfrenta um gargalo judicial significativo: segundo levantamento do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mais de 5 milhões de ações judiciais estavam pendentes até 31 de outubro de 2024. Apenas neste ano, cerca de 2,7 milhões de novos processos foram registrados, reforçando a judicialização maciça que caracteriza o setor previdenciário.

Os dados apontam que a maioria das ações contra o INSS tramita na Justiça Federal, somando cerca de 2,4 milhões de casos, enquanto 340 mil processos estão sob responsabilidade da Justiça Estadual. Um número menor, mas ainda expressivo, de 2.413 processos está na Justiça do Trabalho. Essa distribuição reflete a amplitude e complexidade dos casos envolvendo direitos previdenciários e trabalhistas.

O advogado João Badari, especialista em direito previdenciário, explica que os números elevados de judicialização são consistentes com a magnitude do sistema previdenciário brasileiro. Ele aponta que a postura institucional do INSS, que frequentemente nega direitos previamente reconhecidos ou não analisa adequadamente os pedidos, contribui para o aumento das ações na Justiça. Além disso, fatores como mudanças frequentes nas regras e a falta de servidores capacitados são elementos que agravam o cenário.

### **Impactos da sobrecarga judicial no sistema previdenciário**

A judicialização massiva não apenas sobrecarrega o Judiciário, mas também afeta diretamente os cidadãos que dependem dos benefícios do INSS. Segundo o advogado e colunista especializado em Previdência Social, Rômulo Saraiva, a redução no quadro de servidores do INSS nos últimos anos é um dos principais fatores que explicam os problemas na análise dos pedidos. Desde 2013, cerca de 20 mil servidores deixaram a autarquia por aposentadoria, morte ou migração para outros cargos, sem reposição proporcional.

Essa escassez de pessoal resulta em análises incompletas ou decisões equivocadas, muitas vezes obrigando os segurados a recorrerem ao Judiciário para garantir direitos que deveriam ser reconhecidos administrativamente. A consequência é um ciclo vicioso: a ineficiência administrativa gera mais ações judiciais, que, por sua vez, sobrecarregam ainda mais o sistema.

### Esforços do INSS para mitigar a judicialização

Diante desse panorama, o INSS tem adotado algumas medidas para reduzir o número de ações judiciais e melhorar a eficiência administrativa. Entre as iniciativas recentes estão a implementação do Atestmed, sistema que agiliza a concessão de benefícios por incapacidade temporária, e a teleperícia, que permite a realização de perícias médicas à distância. Em 2024, também houve a contratação de 1.276 novos servidores, com a expectativa de que outros 300 aprovados em concursos sejam incorporados ao quadro.

Embora essas medidas representem avanços, especialistas alertam que elas ainda são insuficientes para resolver o problema estrutural. O próprio INSS admite que cerca de 50% dos requerimentos de benefícios são indeferidos, o que reforça a necessidade de os segurados buscarem a Justiça para reverter decisões desfavoráveis.

### Dicas para agilizar o processo judicial contra o INSS

Para cidadãos que enfrentam dificuldades no reconhecimento de seus direitos, é fundamental seguir algumas orientações práticas que podem acelerar o andamento do processo judicial:

Reúna toda a documentação necessária para comprovar o direito ao benefício, incluindo documentos específicos da época em que o direito foi adquirido.

Faça um pedido claro e objetivo ao ingressar com a ação, especificando o benefício solicitado e as bases legais que o sustentam.

Busque orientação da Defensoria Pública da União ou de um advogado especializado em direito previdenciário para evitar erros nos procedimentos.

Considere ingressar com ações nos Juizados Especiais Federais (JEFs) para benefícios de até 60 salários mínimos, já que esses processos costumam ser mais rápidos e dispensam a necessidade de advogado em primeira instância.

Acompanhe regularmente o andamento do processo e esteja atento a prazos e solicitações da Justiça.

## Principais desafios para segurados e a relação com o sistema jurídico

Um dos grandes entraves enfrentados pelos segurados do INSS é a falta de orientação presencial. Com a digitalização dos serviços e a centralização do atendimento pelo Meu INSS, muitos pedidos são mal formulados, gerando indeferimentos e, conseqüentemente, ações judiciais. Além disso, a complexidade das normas previdenciárias dificulta a compreensão dos direitos por parte dos cidadãos.

Outro fator importante é o alto índice de indeferimentos. Cerca de metade dos pedidos administrativos é negada, muitas vezes por questões técnicas ou falta de documentação. Esse número elevado reflete a necessidade de capacitação dos servidores e simplificação dos processos internos, bem como maior transparência na comunicação com os segurados.

## Dados históricos sobre a judicialização no INSS

A relação do INSS com o Judiciário não é recente. Desde sua criação, o órgão enfrenta desafios para atender a demandas crescentes e se adaptar às mudanças demográficas e econômicas do país. Nos últimos anos, porém, o aumento exponencial de ações judiciais tem chamado atenção. Em 2020, por exemplo, havia cerca de 3 milhões de processos pendentes. Esse número cresceu para mais de 5 milhões em 2024, indicando um aumento de aproximadamente 66% em apenas quatro anos.

Esse crescimento reflete, em parte, a crise econômica que afetou o Brasil nos últimos anos, resultando em maior desemprego e aumento na procura por benefícios assistenciais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada). A pandemia de COVID-19 também contribuiu para a pressão sobre o sistema previdenciário, com um aumento significativo de pedidos de auxílio-doença e aposentadorias por invalidez.

## Curiosidades sobre o sistema previdenciário brasileiro

O INSS é responsável por pagar cerca de R\$ 1 trilhão em benefícios anualmente, representando uma parcela significativa do orçamento público.

O Brasil possui um dos maiores sistemas de seguridade social do mundo, atendendo mais de 100 milhões de pessoas entre segurados e dependentes.

Apesar de sua relevância, o INSS enfrenta um déficit estrutural, que exige reformas contínuas para garantir a sustentabilidade do sistema.

## Impacto das medidas recentes e expectativas para o futuro

As iniciativas implementadas pelo INSS nos últimos anos, como a modernização de sistemas e contratação de novos servidores, têm mostrado resultados pontuais, mas ainda há um longo caminho a percorrer. A efetividade dessas ações dependerá de investimentos contínuos em tecnologia e na formação de pessoal, além de maior diálogo com o Judiciário para evitar a judicialização desnecessária.

A integração de sistemas como o Atestmed e a ampliação da teleperícia são exemplos de como a tecnologia pode ser aliada na redução de filas e no aumento da eficiência. No entanto, a falta de acesso digital por parte de uma parcela significativa da população ainda representa um desafio, especialmente em regiões mais remotas.

## Perspectivas para segurados e recomendações

Para os segurados, a melhor estratégia é se preparar adequadamente antes de solicitar qualquer benefício. Isso inclui compreender as exigências legais, reunir toda a documentação necessária e buscar orientação especializada, quando possível. Embora a judicialização seja uma alternativa válida, ela deve ser considerada apenas como último recurso, dada a morosidade e os custos envolvidos.

<https://www.mixvale.com.br/2024/12/09/judicializacao-de-beneficios-do-inss-supera-5-milhoes-de-processos-em-2024-revela-levantamento/>

**Veículo:** Online -> Portal -> Portal Mix Vale